



Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. (Companhia) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 1,41 bilhão, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 62,89%, confirmando assim sua solidez e lucratividade dentro do mercado de previdência complementar brasileiro.
As receitas de prêmios totalizaram em 2022 R\$ 1,34 bilhão (em 2021 foi R\$ 1,57 bilhão), e representa um decréscimo de 14,83 % no período comparativo, em decorrência da operação em *run-off* para a carteira da vida e prestamista. As contribuições brutas totalizaram em 2022 R\$ 31,18 bilhões (em 2021 foi R\$ 32,10 bilhões) e as receitas com taxa de gestão totalizaram em 2022 R\$ 1,36 bilhão (em 2021 foi de R\$ 1,11 bilhão) representando um aumento de 22,52%.
O resultado financeiro apresentou um decréscimo de 12,75% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando o montante de R\$ 310,12 milhões no exercício de 2022 e R\$ 355,44 milhões em 31 de dezembro de 2021.

As reservas matemáticas previdenciárias totalizaram em 2022, R\$ 132,46 bilhões (em 2021 foi R\$ 109,49 bilhões) representando um crescimento de 21,89%.
As aplicações financeiras da Companhia, no exercício de 2022, alcançaram o patamar de R\$ 138,18 bilhões, o que representa um crescimento de 20,13% em relação ao valor de R\$ 115,03 bilhões atingidos no final do ano anterior. Destaca-se ainda, as provisões técnicas da Companhia que, ao final deste exercício, alcançou o patamar de R\$ 136,75 bilhões, com um crescimento no período de 19,83% quando comparado aos R\$ 114,12 bilhões do final ano anterior.
A Companhia registrou no exercício de 2022 um patrimônio líquido de R\$ 2,25 bilhões, 19,27% superior ao R\$ 1,88 bilhão obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
A Caixa Vida e Previdência S.A. se mantém entre as maiores empresas de previdência complementar abertas no País. A Companhia manteve seus produtos atrativos para investidores, com boa rentabilidade frente aos concorrentes. Como resultado alcançou bons índices de permanência na carteira. Foi observada também maior preocupação dos clientes em buscar o produto como alternativa à previdência social, pensando na aposentadoria.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 75% dos resultados obtidos no período.
Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria ativos financeiros mantidos até o vencimento, conforme artigo 117 da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes, serão mantidos até o vencimento.
Considerações finais e agradecimentos
A Caixa Vida e Previdência S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas. Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso é garantir à família brasileira tranquilidade no presente e segurança no futuro.
A Companhia reconhece ainda, o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da Caixa Econômica Federal, bem como o apoio e a dedicação de nossos parceiros em outras instâncias sociais.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.
A Administração

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		137.628.318	111.223.580
Disponível		179.894	293.810
Caixa e bancos		179.894	293.810
Aplicações	5	136.732.669	110.068.835
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	26.560	71.243
Prêmios a receber	6.1	25.750	66.255
Operações com seguradoras		135	2.084
Operações com resseguradoras		675	2.904
Créditos das operações com previdência complementar	606	286	276
Valores a receber		606	276
Créditos de resseguros		-	13
Ativos de resseguro	24	1.507	1.507
Títulos e créditos a receber	300.844	260.431	260.431
Títulos e créditos a receber	7.1	292.866	252.474
Créditos tributários e previdenciários	7.2	6.693	6.762
Outros créditos		1.285	1.195
Outros valores e bens	459	442	442
Outros valores		459	442
Despesas antecipadas	6.644	12.918	12.918
Custos de aquisições diferidos	8	380.618	514.108
Seguros		375.007	508.097
Previdência		5.611	6.011
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.080.636	6.957.309	6.957.309
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.055.211	6.934.095	6.934.095
Aplicações	5	1.455.663	4.961.443
Ativos de resseguro	408	409	409
Títulos e créditos a receber	854.851	863.691	863.691
Créditos tributários e previdenciários	7.2	263.117	268.132
Depósitos judiciais e fiscais	17	591.734	595.559
Outros valores e bens	9.1	1.258	7.035
Custos de aquisições diferidos	8	743.031	1.101.517
Seguros		741.608	1.099.526
Previdência		1.423	1.991
Imobilizado	7.527	1.337	1.337
Bens móveis		4.062	1.036
Outras imobilizações		3.465	301
Intangível	17.898	21.877	21.877
Outros intangíveis		17.898	21.877
TOTAL DO ATIVO		140.708.954	118.180.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		136.131.957	113.019.902
Contas a pagar	10	741.418	1.263.710
Obrigações a pagar	10.1	565.220	628.719
Impostos e encargos sociais a recolher		58.195	46.012
Encargos trabalhistas		1.184	770
Impostos e contribuições	10.2	108.663	541.929
Outras contas a pagar	10.3	8.156	46.280
Débitos de operações com seguros e resseguros	216.044	87.202	87.202
Prêmios a restituir		451	205
Operações com seguradoras		52	56
Operações com resseguradoras		45	41
Corretores de seguros e resseguros		7.186	15.557
Outros débitos operacionais	11	208.310	71.343
Débitos de operações com previdência complementar	11.256	6.829	6.829
Contribuições a restituir		787	1.713
Outros débitos operacionais	11	10.469	5.116
Depósitos de terceiros	16	138.620	217.282
Provisões técnicas - seguros	12	126.502.073	103.272.247
Pessoas		1.271.496	1.656.209
Vida individual		11.567	23.460
Vida com cobertura de sobrevivência		125.219.010	101.592.578
Provisões técnicas - previdência complementar	12	8.522.501	8.171.771
Planos não bloqueados		766.820	727.765
PGBL/PRGP		7.755.681	7.444.006
Débitos diversos	15	45	861
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.327.486	3.274.895	3.274.895
Contas a pagar	8.000	8.000	8.000
Tributos diferidos	10.4	8.000	-
Provisões técnicas - seguros	12	1.707.098	2.662.145
Pessoas		1.704.892	2.659.995
Vida individual		2.206	2.150
Provisões técnicas - previdência complementar	12	17.224	14.767
Planos não bloqueados		17.224	14.767
Outros débitos	590.506	591.583	591.583
Provisões judiciais	17	590.506	591.583
Débitos diversos	15	4.657	6.400
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	2.249.511	1.886.092
Capital social	19.1	1.263.650	1.263.650
Reservas de lucros	19.2	1.084.513	803.922
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(98.652)	(181.480)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	140.708.954	118.180.889	118.180.889

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de contribuições		31.181.845	32.096.203
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(31.172.253)	(32.087.738)
Contribuições previdenciárias	8.465	9.929	8.465
Receita com taxa de gestão e outras taxas	22	1.451.288	1.214.053
Variação de outras provisões técnicas		4.989	(3.905)
Benefícios retidos		(17.395)	(14.987)
Custos de aquisição - previdência	24.3	(283.970)	(196.085)
Outras receitas e despesas operacionais - previdência	24.4	(1.475)	(8.381)
Prêmios emitidos	24.1	1.175.461	1.418.477
Contribuições para cobertura de riscos		165.512	155.975
Variáveis das provisões técnicas de prêmios		1.373.312	1.708.720
Prêmios ganhos	23	2.714.285	3.283.172
Sinistros ocorridos	24.2	(687.502)	(857.789)
Custos de aquisição - seguros	24.3	(643.280)	(808.148)
Outras receitas e despesas operacionais - seguros	24.4	(152.582)	(164.971)
Receita com resseguro		3.618	919
Despesa com resseguro		(3.013)	(6.609)
Outros resultados com resseguro		32	(1)
Resultado com operações de resseguro	637	(5.691)	(183.423)
Despesas administrativas	24.5	(124.248)	(183.423)
Despesas com tributos	24.6	(210.431)	(204.512)
Receitas financeiras		3.648.745	3.862.815
Despesas financeiras		(13.338.625)	(3.507.372)
Resultado financeiro	24.7	310.120	355.443
Resultado operacional	2.370.028	2.413.242	2.413.242
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		241	69
Resultado antes dos impostos e participações	2.370.269	2.413.311	2.413.311
Imposto de renda	25	(591.635)	(579.283)
Contribuição social	25	(365.476)	(400.979)
Participações sobre o resultado	26	(3.034)	(2.312)
Lucro líquido do exercício	1.410.124	1.430.737	1.430.737
Quantidade de ações	1.314.494.988	1.314.494.988	1.314.494.988
Lucro líquido por ação	1,07	1,09	1,09

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.410.124	1.430.737
Outros lucros abrangentes	(82.827)	(829.626)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(146.045)	(491.500)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	63.218	201.874
Total dos lucros abrangentes do exercício	1.327.297	1.141.111
Quantidade de ações	1.314.494.988	1.314.494.988
Lucro líquido por ação	1,01	0,87

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.263.650	406.335	108.146	-	1.778.131
Dividendos intermediários - AGE de 22.01.2021	-	(2.650)	-	(2.650)	-
Dividendos intercalares - AGE 19.10.2021	-	-	(289.626)	(471.574)	(471.574)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(289.626)	(289.626)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.430.737	1.430.737
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	71.537	-	(71.537)	-
Dividendos	-	-	-	(484.926)	(484.926)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(74.000)	(74.000)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(328.700)	(328.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.263.650	803.922	(181.480)	-	1.886.092
Dividendos complementares - AGE de 28.03.2022	-	(124.820)	-	(124.820)	(124.820)
Dividendos intercalares - AGE de 28.09.2022	-	-	-	(503.279)	(503.279)
Títulos e valores mobiliários	-	-	82.827	82.827	82.827
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.410.124	1.410.124
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	70.506	-	(70.506)	-
Dividendos	-	-	-	(501.434)	(501.434)
Reserva de retenção de lucros	-	334.905	-	(334.905)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.263.650	1.084.513	(98.653)	-	2.249.510

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional
A Caixa Vida e Previdência S.A., doravante referida também como "Companhia", está sediada na cidade de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, Edifício Plaza Centenário, CEP 04578-911. A Companhia é controlada pela Holding XSI S.A. e indiretamente pelo grupo segurador francês CNP Assurances.
A Companhia tem por objeto a operação em seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta, podendo aceitar riscos em retrocessão e deter participação em outras sociedades, conforme legislação aplicável. A Companhia utiliza-se da rede de agências e postos de serviço da Caixa Econômica Federal - CAIXA, para comercialização de seus produtos, tendo iniciado suas operações em setembro de 2000.
A Companhia continua com a comercialização dos produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), já com relação aos produtos de vida e prestamista encontra-se em *run-off*, sendo que desde 4 de janeiro de 2021, a XS2 Vida e Previdência S.A. passou a comercializar os produtos de vida e prestamista, conforme o acordo de distribuição firmado em 30 de dezembro de 2020 entre os acionistas de sua controladora direta, CNP Assurances e Caixa Seguradora Participações S.A.
O acordo regula, dentre outros pontos, o direito de acesso exclusivo pela Companhia e qualquer outra futura subsidiária direta e indireta de sua controladora direta, à rede de distribuição da Caixa Econômica para a distribuição dos seguros de vida, prestamista e produto de previdência.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras anuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Comitê Executivo em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e bancos
A Companhia considera como caixa e bancos os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4 Ativos financeiros
2.4.1 Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento
Os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.
Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.
Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, e apresentadas no patrimônio líquido. Quando esse ativo sofre perdas por redução ao valor recuperável ou é vendido, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e os títulos públicos são classificados como disponíveis para venda. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.
2.4.2 Mensuração
O valor de mercado dos ativos financeiros é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
• Títulos públicos: com base no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;
• Ações: com base nos preços de fechamento divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas;
• Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor;
• As operações compromissadas são precificadas pela taxa contratada e possuem o prazo de um dia; e
• Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

← continuação

2.11 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A cada data de demonstração financeira, a Companhia efetua a avaliação de seus ativos e passivos para identificar aqueles que satisfazem os critérios do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - e, portanto, são classificados no circulante, os saldos com vencimento inferior a 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base e não circulante os saldos com vencimento superior a 12 (doze) meses.

No caso dos ativos mantidos essencialmente com o propósito de negociação, são classificados no ativo circulante independentemente do seu vencimento, conforme a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes.

2.12 Avaliação dos ativos e passivos originados de contratos de seguros

2.12.1 Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que são diretamente relacionados a comercialização dos contratos, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Estes valores são amortizados segundo o período do contrato para as coberturas de riscos e de acordo com o prazo médio de permanência das contribuições para as coberturas de sobrevida.

O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2022 para carteira de vida era de 9 meses e para prestamista era de 85 meses (12 e 79 meses, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021). O prazo de permanência dos contratos para as coberturas de sobrevida em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 era de 69 meses.

A Companhia demonstra na comissão de corretagem a remuneração a ser paga à corretora de seguros responsável pela intermediação e o assessoramento a venda e pós-venda dos Produtos Exclusivos.

Os valores a serem pagos à Caixa Econômica Federal ("CAIXA") para a distribuição, venda, oferta e pós-venda dos Produtos Exclusivos são demonstrados como "Distribuição CAIXA", e os incentivos financeiros ou qualquer outra forma de incentivo a serem pagos à CAIXA destinadas ao pessoal responsável pelas vendas às agências e correspondentes bancários ou lotéricos são reconhecidos como "Premiações".

2.12.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, a Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo a categoria CPC e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para a determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. As principais estão descritas a seguir:

- Estrutura a termo da taxa de juros ("ETTJ"): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IGP-M, IPCA e Pré-fixado, conforme divulgado pela SUSEP;
- Sinistralidade: para estimativa de sobrevivência e de morte foram utilizadas as tábuas BR-EMS, enquanto para as coberturas de entrada em invalidez foi utilizada a tábua Álvaro Vindas. Para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos cujos fluxos não utilizam tábuas biométricas, foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado de cada produto que compõe o estudo, sendo de 21,1% para o grupo de pessoas e 22,1% para o prestamista;
- Carregamento/Cancelamento/Resgate/Inadimplência: foram utilizadas as bases históricas observadas de cada item, como taxa de carregamento, cancelamento de plano, resgate total ou parcial, aportes e inadimplência de pagamentos por produto que compõe os grupos do estudo;
- Receita com taxa de Gestão: a estimativa da taxa de gestão foi obtida considerando a média da relação histórica anual das taxas de administração por fundo e data de entrada sobre o saldo da provisão matemática de benefícios a conceder;
- Despesas administrativas: obtida considerando a média da relação histórica anual da despesa sobre o prêmio emitido;
- Despesas operacionais específicas: a estimativa destas despesas específicas foi obtida através do percentual da projeção da parcela da taxa de comissão sobre a taxa de gestão projetada acrescida da parcela de remuneração paga pela gestão dos ativos que cobrem as provisões matemáticas;
- Despesas com tributos: a estimativa das despesas com tributos foi obtida através da aplicação dos tributos vigentes de acordo com os percentuais e regras de cálculo;
- Despesas de comercialização: foi obtida considerando o cenário de *run off*. Para os produtos que consideram remuneração ao longo da emissão de prêmios periódicos serão aplicados os percentuais estabelecidos por produto nos fluxos de prêmios projetados; e
- Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

Como conclusão dos testes realizados à data base de 31 de dezembro de 2022, observamos insuficiência em alguns grupos, totalizando R\$ 28 milhões (R\$ 66 milhões em 31 de dezembro de 2021).

A referida insuficiência foi compensada considerando o agrupamento de ramos determinado pelos artigos 43 e 44 da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes, de tal maneira, que, após a compensação obrigatória, não houve necessidade de constituição de PCC.

2.13 Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certo a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa.

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. Os passivos contingentes classificados com o risco possível e remoto de perda não são contabilizados, porém apenas divulgados em notas explicativas, exceto os passivos contingentes civis relacionados a sinistros que são provisionados conforme política da Companhia.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.14 Apuração do resultado

Os prêmios de seguro, resseguro aceito, resseguro cedido e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura. As contribuições de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, são reconhecidas no momento do seu efetivo recebimento que coincidem com o regime de competência. Os custos relacionados são apropriados por meio da constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão da apólice ou contrato e apropriados aos resultados pela vigência do contrato para produtos de seguros e de acordo com o prazo médio de permanência das contribuições para as coberturas de sobrevida.

A receita com taxa de gestão é apropriada ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.15 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a dezembro de 2022. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

A contribuição social sobre o lucro ajustado do período de agosto de 2022 a dezembro de 2022 foi calculada com majorada, com base na Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.446, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2022 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.16 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

2.16.1 IFRS 9/CPAC 48 - Instrumentos Financeiros

Com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, a adoção do IFRS 9/CPAC 48, que substitui o IAS 39/CPAC 38 - Instrumentos financeiros, tem, entre outras diretrizes, a alteração das classificações de ativos financeiros. As três classificações de ativos financeiros previstas pela norma são: mensurados ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR).

A classificação dos ativos financeiros no alcance do IFRS 9/CPAC 48 nas características acima citadas se baseia no modelo de negócios o qual um ativo financeiro é gerenciado e as características dos seus fluxos de caixa.

Adicionalmente, derivativos embutidos não são separados de um contrato principal se este for um instrumento financeiro no escopo do IFRS 9/CPAC 48, em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Outra mudança relevante está na avaliação de perda ao valor recuperável (*impairment*). O IFRS 9/CPAC 48 substitui o modelo de perdas incorridas do IAS 39/CPAC 38 para um modelo que considera informações prospectivas de perdas esperadas. O novo modelo se aplica a instrumentos mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívidas mensurados ao VJORA e recebíveis de contratos de arrendamento. Conseqüentemente, o modelo de perdas esperadas reconhece as perdas de crédito de maneira antecipada ao modelo de perdas incorridas.

Ainda, no IFRS 9/CPAC 48 a contabilidade de *hedge* deve ser alinhada com os objetivos e estratégias de gestão de risco da entidade, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade de *hedge*. Entretanto na aplicação inicial da norma, a entidade pode como escolha de política contábil continuar adotando os requerimentos de contabilidade de *hedge* do IAS 39/CPAC 38.

Conforme a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes, o IFRS 9/CPAC 48 deverá ser adotado a partir de 02 de janeiro de 2024.

2.16.2 IFRS 17/CPAC 50

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17/CPAC 50 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17/CPAC 50 substituirá a IFRS 4/CPAC 11 - Contratos de Seguro. A norma aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro, contratos de resseguro detidos e garantias e instrumentos financeiros com características de participação discriminária.

O objetivo geral da IFRS 17/CPAC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras, bem como trazer transparência e comparabilidade quando comparado a outras indústrias.

O IFRS 17/CPAC 50 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia pretende adotar a mesma quando referendada pelo órgão regulador, SUSEP. Em paralelo a Companhia vem avaliando as mudanças e investimentos necessários em seus processos atuariais, tecnológicos e operacionais decorrentes da adoção da norma.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Notas 2.11, 2.13.2 e 12 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 2.4 e 5 - Aplicações;
- Nota 2.14 - Outras provisões, ativos e passivos contingentes; e
- Nota 17 - Depósitos judiciais e fiscais e provisões judiciais.

4. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos da Companhia tem como finalidade proporcionar insumos que possam auxiliar o alcance dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas. O risco tem como definição, a possibilidade da variação do resultado em relação aos objetivos definidos. Para a gestão dos riscos, os principais atores são: o Conselho de Administração, o Comitê de Riscos, o Comitê de Auditoria, os quais foram constituídos na Controladora e possuem alcance sobre a Companhia, e pelo Comitê Executivo.

Dentro desse contexto, o programa de gestão de riscos da Companhia está estruturado sob o conceito do Modelo das Três Linhas, segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*):

- 1ª Linha - as Unidades de negócio são as primeiras a gerenciarem os riscos, por terem o primeiro contato na operação, a escolha por aceitar ou evitar o risco passa pelos controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade com as políticas vigentes, legislações aplicáveis e o apetite a risco em vigor;
- 2ª Linha - apoia a 1ª linha de defesa para que os controles sejam apropriadamente desenvolvidos e postos em prática e que opere conforme planejado. Os papéis adotados pela 2ª linha incluem monitoramento, orientação, testes, análises e reportes sobre a gestão de riscos. Fornece análises e reportes sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos e do controle interno sempre de forma independente e complementar; e
- 3ª Linha - os auditores internos fornecem aos órgãos de governança e à alta administração avaliações abrangentes, considerando a atuação das 1ª e 2ª linhas, baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e procedimentos definidos em Solvência II.

Com o objetivo de evitar com que os planos traçados pela administração da Companhia não sejam alcançados, a primeira etapa do processo de gestão de riscos é a identificação de possíveis fragilidades nos processos e operações. A identificação é realizada com a participação de todas as pessoas envolvidas nos processos da empresa, independentemente do nível.

Outra etapa importante do processo, após a identificação dos riscos, é a análise qualitativa e quantitativa, visando à definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Essa etapa inclui o levantamento e a análise dos controles já existentes, apurando-se, assim, os riscos residuais.

Identificar e classificar os riscos são os principais aspectos para dar início a criação dos planos de ação que serão adotados, sempre alinhados ao apetite a riscos vigente.

O passo seguinte será o tratamento dos riscos, posteriormente à etapa de avaliação, é a definição e o tratamento que será dado aos riscos e como devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se as possibilidades de evitar, mitigar, transferir e/ou compartilhar ou aceitar o risco identificado.

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios emitidos e contribuições previdenciárias brutos e líquidos de resseguro no período:

a. Bruto de Resseguro		31/12/2022		31/12/2021	
Região geográfica	Proporção de região	Proporção de região	Proporção de região	Proporção de região	Proporção de região
Centro Oeste	3.188.254	10%	3.094.016	9%	9%
Nordeste	5.195.021	16%	5.402.685	16%	16%
Norte	1.193.878	4%	1.185.564	4%	4%
Sudeste	15.491.138	48%	16.421.219	49%	49%
Sul	7.454.527	23%	7.567.171	22%	22%
Total	32.522.818	100%	33.670.655	100%	100%

b. Líquido de Resseguro		31/12/2022		31/12/2021	
Região geográfica	Proporção de região	Proporção de região	Proporção de região	Proporção de região	Proporção de região
Centro Oeste	3.187.959	10%	3.093.408	9%	9%
Nordeste	5.194.540	16%	5.401.624	17%	17%
Norte	1.193.767	4%	1.185.331	4%	4%
Sudeste	15.489.703	47%	16.417.996	49%	49%
Sul	7.453.837	23%	7.565.686	22%	22%
Total	32.519.806	100%	33.664.045	100%	100%

A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: risco de subscrição, risco de ALM, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional e risco legal.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação deles.

4.1 Risco de Subscrição

O risco de subscrição se caracteriza pela ocorrência de perdas que contrariam as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas, além da possibilidade de perdas decorrente de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

4.1.1 Risco de Inadecuado das Provisões Técnicas

Para a gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia utiliza algumas técnicas que permitem avaliar a razoabilidade das provisões técnicas, visando capturar a adequação das premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo. Podem-se destacar principalmente os testes de consistência e análise de variação de saldo e proporção entre as provisões, volume de produção e tendência na frequência de sinistros, buscando uma visão prospectiva.

A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é apresentada na nota 14, onde é verificado o desenvolvimento até à data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores.

4.1.2 Risco de Precificação

Para a gestão desse risco, a estrutura da Companhia conta com um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, em todas as linhas de controle.

A Política de Subscrição é o principal instrumento para determinar os limites de aceitação dos riscos considerando todos os ramos de seguros operados. A realização de estudos para verificar a viabilidade dos produtos considera a experiência histórica e premissas atuais aderentes às características idealizadas para cada produto. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e basear-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.3 Programa de Resseguro

O programa de resseguro abrange a totalidade de suas carteiras de riscos. Para prevenção, o resseguro limita-se aos benefícios de risco (pecúlio por morte, pensões e renda por invalidez). A estratégia geral é composta de uma cobertura de resseguro por risco e uma catastrófica, ambas do tipo não-proporcional.

Enquanto o contrato por risco é voltado para a limitação de volume de perdas individuais de grande monta, o contrato catastrófico aplica-se a perdas coletivas acumuladas, oriundas de eventos de grande porte com causa definida e única.

O atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato. A Companhia adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro previamente ao início dos contratos. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição da Companhia, focada em resguardar a seguradora quanto ao risco financeiro e de imagem.

O quadro a seguir apresenta as carteiras cobertas por contrato de resseguro, os respectivos resseguradores e seus *ratings*:

Contrato de Resseguro	Carteira	Ressegurador	Participação	Rating (*)	Registro
Excesso de danos por riscos na taxa de juros:	Prestamista PF/PJ/rural, vida em grupo, acidentes pessoais e risco da previdência	MAPFRE Re do Brasil Cia. de Resseguros Hannover Rückversicherung SE	60%	A	Local
	Prestamista PF/PJ/rural, vida em grupo, acidentes pessoais e risco da previdência	IRB Brasil Resseguros S/A	25%	A+	Admitido
	Prestamista PF/PJ/rural, vida em grupo, acidentes pessoais e risco da previdência	MAPFRE Re do Brasil Cia. de Resseguros Hannover Rückversicherung SE	15%	A-	Local
Excesso de danos por evento (catástrofe)	Prestamista PF/PJ/rural	Austral Resseguradora S/A	60%	A	Local
	Prestamista PF/PJ/rural	Austral Resseguradora S/A	25%	A+	Admitido
Excesso de danos prestamista faixa superior	Prestamista PF/PJ/rural	Austral Resseguradora S/A	15%	A-	Local

(*) *Ratings* pela AMBest (rating da casa matriz adotado para resseguro local de origem estrangeira).

4.1.4 Teste de Sensibilidade

As análises de sensibilidade indicam um índice de mudança razoável esperada pela Administração para as premissas selecionadas. A coluna sensibilidade apresentada pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado líquido dos efeitos tributários.

	31/12/2022		31/12/2021	
Sensibilidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1%	(29.273)	(29.273)	(75.465)	(75.465)
Taxa -1%	32.032	32.032	77.756	77.756
Sobrevivência +10%	(51)	(51)	(337)	(337)
Sobrevivência -10%	51	51	337	337
Mortalidade/Sinistralidade +5%	34.375	34.194	42.889	43.220
Mortalidade/Sinistralidade -5%	(34.375)	(34.194)	(42.889)	(43.220)

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando o choque de 100 basis points para cima e para baixo na precificação dos ativos marcados a mercado;

b) A sensibilidade no valor justo dos ativos (ou passivos) pelos movimentos nas expectativas de inflação refletem os números apresentados para os efeitos do risco de inflação;

c) O teste de sensibilidade não menciona os ativos de PGBL/VGBL;

d) O teste referente à sobrevivência considera choques de 10% para cima e para baixo. A metodologia aplicada é dividida em duas vertentes, sendo elas o impacto da sensibilidade no montante de benefícios pagos a participantes com reserva 0 e o impacto na reversão da reserva de sobrevida vitalícia para o resultado do Grupo;

e) O teste referente mortalidade/sinistralidade, considera choques de 5% para cima e para baixo e considera o resultado antes dos impostos do período apresentado;

f) Para o teste de reversibilidade, após os choques em 10% para cima e para baixo o Grupo qualificou este risco material frente ao resultado de 0,00% de variação na carteira. A metodologia aplicada é dividida em duas vertentes, sendo elas o impacto da reversibilidade na receita com taxa de gestão e o impacto considerando a reversão da reserva de sobrevida concedida no próprio exercício quando o obito do participante neste mesmo período.

4.2 Risco de ALM e Liquidez

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management* (ALM). Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras de seguros e para o produto de previdência, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM.

A abertura dos vencimentos contratuais dos ativos e passivos financeiros foram demonstrados na nota 4.4.

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. A exposição da Companhia ao risco de crédito refere-se a:

- i) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; ii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iii) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; e iv) montantes referentes a empréstimos e recebíveis.

Para os ativos financeiros, existem critérios que determinam os limites de exposição, faixas de *ratings* permitidas e os critérios qualitativos necessários para que o ativo possa fazer parte da carteira de investimentos, tais determinações estão presentes na Política de Investimentos vigente. Os *ratings* são apresentados com base na determinação de *ratings* pela *Fitch Ratings* e são todos apresentados em escala nacional.

Em relação a exposição as resseguradoras a Companhia possui um rigoroso processo de avaliação que inclui a análise dos *ratings* emitidos pela AMBest, apresentados na Nota 4.1.3. Devido a característica dos atuais produtos ressegurados pela Companhia, os *ratings* considerados serão em escala nacional. O valor contábil representa a exposição máxima do risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→ continuação

• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*).
O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia, excluídos os fundos exclusivos *Preinvest*, que representam o dinheiro do cliente sem risco financeiro para a empresa, em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 17.265 (R\$ 17.606 em 31 de dezembro de 2021).

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:
• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.
Cabe à primeira linha de defesa de risco da Companhia:
• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
• Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reequilíbrio dos fundos;
• Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC.

4.5.1 Carteira de ativos
A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros mantidos até o vencimento, ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.
O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	31/12/2022		31/12/2021	
	Value-at-Risk	DV-1	Value-at-Risk	DV-1
Moeda	487	-	-	-
Fundos	1.227	-	122	-
Cupom de IPCA	-	-	745	(813.384)
Curva de deságio de LFT	5.913	(2.903.539)	71.834	(575.036)
Cupom de NTN	-	-	21.674	(75.319)
Cupom de NTN	-	-	1.959	105
Curva de Juros Pré	48.225	54.534	23.523	442
Cupom de índice de preços	39.193	(34.973)	-	-
Cupom de Dólar	742	-	-	-
Renda variável	43.919	-	-	-
Moeda Estrangeira	682	-	-	-
Total	140.388	(2.883.978)	119.857	(1.463.192)

4.6 Risco operacional
Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou de eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. Inclui-se entre os riscos operacionais: (a) fraudes internas; (b) fraudes externas; (c) demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho; (d) práticas inadequadas relativas a clientes, a produtos e a serviços; (e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela organização; (f) aqueles que acarretam a interrupção das atividades da organização ou falha em sistemas de tecnologia da informação; (g) falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da organização; (h) risco legal; (i) risco de *compliance*.
O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.
Os principais pontos para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:
• Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
• Gerenciar e monitorar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
• Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado; e
• Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia alinhado às estratégias adotadas.
Além disso, o gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Como apresentado inicialmente a estrutura com três linhas de controles e a adoção do método *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, transformam a gestão dos riscos operacionais em uma etapa contínua e natural de todas as decisões da Companhia.
Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe a segunda linha de defesa à Gerência de Riscos e Controles Internos, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle eficientes.
Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Riscos e Controles Internos deve:
• Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
• Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, de governança de riscos, e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
• Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento de riscos e controles;
• Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
• Orientar e apoiar os *managers* na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
• Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.
Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:
• Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
• Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para solucionar deficiências em processos e controles;
• Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
• Buscar continuamente a substituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando o monitoramento sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. Com formação nas áreas de atuárias, finanças, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.
A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são constantemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.
A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos da Companhia, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer, diagnosticar e registrar as perdas operacionais, mantendo histórico e adotando medidas de redução e recuperação de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.7 Risco Legal
O risco legal, relacionado aos riscos regulatório e de governança, consiste na possibilidade de perdas à Companhia pelo não cumprimento de obrigações, regulatórias e de governança associadas a conformidade ou *compliance*, sejam elas no âmbito nacional ou internacional. Esses riscos podem gerar ao negócio sanções legais ou impactos financeiros e reputacionais devido ao não cumprimento das disposições exigidas.
A gestão deste risco está associada ao contínuo acompanhamento das legislações, suas revisões e criações de acordo com os órgãos, entidades da administração pública direta ou indireta de um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com a manutenção do Programa de Integridade, que em conjunto com diretrizes internas da Companhia estabelecem mecanismos para prevenção, identificação e remediação dos riscos mencionados. A área de *Compliance*, por meio de um regimento próprio, define seu papel de gestão no acompanhamento das diretrizes legais, regulatórias e de governança junto as áreas impactadas e possui apoio inequívoco da Alta Administração da Companhia para essa atividade.

4.8 Gestão de capital
A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa da Companhia, além de respeitar os critérios emitidos pelos órgãos reguladores e autarquias. Para isso, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas.
Mensalmente é apurada a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Em 31 de dezembro de 2022 o PLA estava acima do Capital Mínimo Requerido (CMR) conforme demonstrado na nota 20.

5. Aplicações

5.1 Resumo da classificação das aplicações
As aplicações financeiras foram apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor do Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor Contábil	Valor do Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor Contábil
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	134.051.534	135.075.213	134.005.098	109.928.665	111.494.434	109.855.625
Debêntures	1.364.997	1.585.380	1.364.997	2.387.286	2.729.078	2.387.286
Fundos de Investimentos	1.337.996	1.334.066	1.337.996	561.043	561.280	561.043
Letras Financeiras do Tesouro	155.653	155.653	155.653	149.620	149.620	149.620
Letras do Tesouro Nacional	81.054.554	80.918.915	81.054.554	57.376.887	57.379.073	57.376.887
Notas do Tesouro Nacional	7.244.225	7.434.070	7.244.225	11.096.819	11.733.733	11.096.819
Notas Promissórias	21.138.172	21.902.605	21.091.736	26.573.129	27.156.732	26.500.089
Créditos Bancários - CDB/CCB	23.570	23.570	23.570	-	-	-
Letras Financeiras	166.636	166.312	166.636	510.771	510.906	510.771
Operações Compromissadas	8.519.513	8.508.424	8.519.513	5.553.035	5.553.937	5.553.035
Outros valores	11.030.088	11.030.088	11.030.088	5.870.437	5.870.437	5.870.437
Debêntures	2.016.130	2.016.130	2.016.130	(150.362)	(150.362)	(150.362)
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.147.372	4.303.793	4.147.372	5.140.951	5.443.417	5.140.951
Letras do Tesouro Nacional	1.956.373	2.039.804	1.956.373	2.648.520	2.814.067	2.648.520
Notas do Tesouro Nacional	2.190.999	2.263.989	2.190.999	2.492.431	2.629.350	2.492.431
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	39.985	35.862	35.862	40.698	33.702	33.702
Notas do Tesouro Nacional	39.985	35.862	35.862	40.698	33.702	33.702
Total	138.238.891	139.414.868	138.188.332	115.110.314	116.971.553	115.030.278
Circulante						
Não Circulante						
A seguir, estão os vencimentos contratuais na data da demonstração financeira.						

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	134.005.098	3.536.780	21.899.501	90.588.303
Ações	1.364.997	1.364.997	-	-
Debêntures	1.337.996	-	6.316	893.636
Fundos de Investimentos	155.653	155.653	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	81.054.554	-	4.104.818	63.899.944
Letras do Tesouro Nacional	7.244.225	-	394.076	6.850.149
Notas do Tesouro Nacional	21.091.736	-	2.946.830	13.652.228
Notas Promissórias	23.570	-	-	23.570
Créditos Bancários - CDB/CCB	166.636	-	156.510	10.126
Letras Financeiras	8.519.513	-	3.260.863	5.258.650
Operações Compromissadas	11.030.088	-	11.030.088	-
Outros valores	2.016.130	2.016.130	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.147.372	-	2.727.790	1.230.034
Letras do Tesouro Nacional	1.956.373	-	1.320.154	636.219
Notas do Tesouro Nacional	2.190.999	-	1.407.636	593.815
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	35.862	-	-	35.862
Notas do Tesouro Nacional	35.862	-	-	35.862
Total	138.188.332	3.536.780	24.627.291	91.818.337

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	109.855.625	2.386.544	13.296.821	71.950.275
Ações	2.387.286	2.387.286	-	-
Debêntures	561.043	-	15.150	377.697
Fundos de Investimentos	149.620	149.620	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	57.376.887	-	1.961.026	40.096.651
Letras do Tesouro Nacional	11.096.819	-	2.384.282	8.712.537
Notas do Tesouro Nacional	26.500.089	-	2.583.862	17.181.848
Créditos Bancários - CDB/CCB	510.771	-	390.815	119.956
Letras Financeiras	5.553.035	-	91.449	5.461.586
Operações Compromissadas	5.870.437	-	5.870.437	-
Outros valores	(150.362)	(150.362)	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.140.951	-	213.427	4.825.146
Letras do Tesouro Nacional	2.648.520	-	213.427	2.435.093
Notas do Tesouro Nacional	2.492.431	-	-	2.390.053
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	33.702	-	-	33.702
Notas do Tesouro Nacional	33.702	-	-	33.702
Total	115.030.278	2.386.544	13.510.246	76.775.421

	2022		2021	
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Total
Saldo em 1º de janeiro	109.855.626	5.140.950	33.702	115.030.278
(+) Aplicações	37.939.011	219.865	-	38.158.876
(-) Resgates/Vendas	(26.748.268)	(1.514.387)	-	(28.262.655)
(-) Recebimento de juros (i)	-	(121.440)	(2.342)	(123.782)
(+/-) Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	-	146.045	-	146.045
(+) Rendimentos (nota 24.7)	12.958.729	276.338	4.503	13.239.570
Saldo em 31 de dezembro	134.005.098	4.147.371	35.863	138.188.332
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	109.855.625	4.895.126	30.360	97.927.210
(+) Aplicações	38.187.857	1.991.986	-	40.179.843
(-) Resgates/Vendas	(23.651.505)	(1.379.756)	-	(25.031.261)
(+/-) Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	-	(491.500)	-	(491.500)
(+) Rendimentos (nota 24.7)	2.317.551	125.093	3.342	2.445.986
Saldo em 31 de dezembro	109.855.627	5.140.949	33.702	115.030.278
(i) Recebimento semestral de cupom aplicável aos títulos públicos - Notas do Tesouro Nacional.	-	-	-	-

5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

5.3.1 Abertura por hierarquia
Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.
• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
• Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	114.265.291	19.739.807	134.005.098	97.921.382	11.934.243	109.855.625
Ações	1.364.997	-	1.364.997	2,387,286	-	2,387,286
Debêntures	1,337,996	-	1,337,996	561,043	-	561,043
Fundos de Investimentos	155,653	-	155,653	149,620	-	149,620
Letras Financeiras do Tesouro	81,054,554	-	81,054,554	57,376,887	-	57,376,887
Letras do Tesouro Nacional	7,244,225	-	7,244,225	11,096,819	-	11,096,819
Notas do Tesouro Nacional	21,091,736	-	21,091,736	26,500,089	-	26,500,089
Notas Promissórias	-	23,570	23,570	-	-	-
Créditos Bancários - CDB/CCB	-	166,636	166,636	-	510,771	510,771
Letras Financeiras	-	8,519,513	8,519,513	-	5,553,035	5,553,035
Operações Compromissadas	-	11,030,088	11,030,088	-	5,870,437	5,870,437
Outros valores	2,016,130	-	2,016,130	(150,362)	-	(150,362)
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.147.372	-	4.147.372	5.140.951	-	5.140.951
Letras do Tesouro Nacional	1,956,373	-	1,956,373	2,648,520	-	2,648,520
Notas do Tesouro Nacional	2,190,999	-	2,190,999	2,492,431	-	2,492,431
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	3,00%	35,86%	33,70%	4,47%	3,70%	3,70%
Ativos financeiros disponíveis para venda	35.862	-	35.862	33.702	-	33.702
Notas do Tesouro Nacional	35,862	-	35,862	33,702	-	33,702
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
Total	118.448.526	19.739.807	138.188.332	103.096.035	11.934.243	115.030.278

5.3.2 Taxas contratadas
A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

* continuação

9. Outros Valores e Bens						
9.1 Ativos de direito de uso						
Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (nota 15.1), descontado a valor presente.						
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imóveis	1.398	(140)	1.258	8.065	(1.030)	7.035
Total	1.398	(140)	1.258	8.065	(1.030)	7.035
9.2 Movimentação dos ativos de direito de uso						
	2022			2021		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.065	(1.030)	7.035	8.065	—	8.065
Novos contratos/Reavaliações	1.544	—	1.544	—	—	—
Alterações/cancelamentos de contratos	(8.211)	1.287	(6.913)	—	—	—
Despesa de depreciação	—	(397)	(408)	—	(1.030)	(1.030)
Saldo inicial em 31 de dezembro	1.398	(140)	1.258	8.065	(1.030)	7.035

10. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar						
10.1 Obrigações a pagar						
	31/12/2022			31/12/2021		
Dividendos e JSCP a pagar (ii)	—	—	501.434	—	—	484.926
Obrigações a pagar - Partes Relacionadas (i)	—	—	33.520	—	—	68.185
Fornecedores	—	—	6.907	—	—	6.907
Participações nos lucros a pagar	—	—	3.301	—	—	2.732
Outras Obrigações a Pagar	—	—	20.050	—	—	63.097
Total	—	—	565.222	—	—	628.719

(i) Os saldos com partes relacionadas foram detalhados na nota 23;
(ii) A liquidação dos dividendos e juros sobre capital próprio foram detalhados na nota 21.3.

10.2 Impostos e contribuições						
	31/12/2022			31/12/2021		
IRPJ e CSLL a recolher	—	—	1.008.661	—	—	931.978
(-) Antecipações de IRPJ e CSLL	—	—	(917.960)	—	—	(407.152)
PIS e COFINS a recolher	—	—	15.419	—	—	14.880
Outros impostos e contribuições	—	—	2.543	—	—	4.754
Total	—	—	108.663	—	—	541.929

10.3 Outras contas a pagar						
	31/12/2022			31/12/2021		
Serviços de terceiros operacional	—	—	2.413	—	—	19.142
Serviços de terceiros administrativo	—	—	5.683	—	—	26.389
Outras Obrigações a Pagar	—	—	60	—	—	749
Total	—	—	8.156	—	—	46.280

10.4 Tributos diferidos
Em 31 de dezembro de 2022 os tributos diferidos referente a Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) era de R\$ 8.000.

11. Outros débitos operacionais						
	31/12/2022			31/12/2021		
Comissão de Performance (i,ii)	—	—	180.566	—	—	22.916
Comissão de Corretagem	—	—	257	—	—	396
Distribuição CAIXA (ii)	—	—	9.362	—	—	4.630
Prêmiações (ii)	—	—	10.164	—	—	29.766
Outros débitos	—	—	18.430	—	—	18.751
Total	—	—	218.779	—	—	76.459

12. Provisões técnicas						
12.1 Composição das provisões técnicas						
	31/12/2022			31/12/2021		
Provisão matemática de benefícios a conceder	124.873.765	—	143.388	132.766.326	—	143.388
Provisão de prêmios não ganhos	2.455.087	—	257	2.469.394	—	257
Provisão matemática de benefícios concedidos	113.541	267.917	315.141	696.599	—	696.599
Provisão de sinistros a liquidar	317.791	49	21.618	339.458	—	339.458
Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar	208.549	10.388	1.820	220.757	—	220.757
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	193.958	—	9.671	203.629	—	203.629
Provisão de despesas relacionadas	46.178	1.755	1.875	49.808	—	49.808
Provisão de excedente financeiro	—	—	337	224	—	224
Total	128.209.171	7.755.681	784.044	136.748.896	—	136.748.896
Circulante	126.502.073	7.755.681	766.820	135.024.574	—	135.024.574
Não circulante	1.707.098	—	17.224	1.724.322	—	1.724.322

(i) Referem-se aos valores a serem pagos pela Companhia à Caixa Seguridade Participações S.A. a título de comissão de performance, caso sejam atingidas as condições pré-estabelecidas no contrato de distribuição, que versa sobre o direito de exclusividade no uso do Balcão CAIXA, até os exercícios de 2023 e 2025. Em caso de atingimento das metas pré-estabelecidas, os valores apurados com base no volume de produção realizada, serão pagos em agosto de 2024 e agosto de 2026. A Companhia reconhece o passivo com base na produção realizada até a data-base em questão;
(ii) Os referidos custos de aquisição pagos à Caixa Econômica Federal estão descritos na nota 2.13.1 e evidenciados na nota 21.

12.2 Movimentação das provisões técnicas						
	2022			2021		
Saldo inicial em 1º de janeiro	105.934.392	7.444.006	742.532	114.120.930	—	114.120.930
(+) Constituição da provisão de benefícios a conceder	30.721.608	443.567	446.211	32.077.936	—	32.077.936
(-) Encargos financeiros (nota 24.7)	12.053.427	760.438	84.372	12.898.237	—	12.898.237
(-) Pagamentos efetuados	(17.582.273)	(665.480)	(77.830)	(18.325.583)	—	(18.325.583)
(+) Portabilidades	(2.156.714)	(228.405)	(3.841)	(2.388.960)	—	(2.388.960)
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	(1.372.164)	—	(1.148)	(1.373.312)	—	(1.373.312)
(+/-) Variações das provisões técnicas de sinistros e benefícios	617.916	2.567	32.881	653.364	—	653.364
(+/-) Variação de outras provisões técnicas	(3.077)	(1.012)	—	(4.089)	—	(4.089)
(+) Recuperação de sinistros - Cosseguo	(3.044)	—	(3.044)	—	—	—
Saldo final em 31 de dezembro	128.209.171	7.755.681	784.044	136.748.896	—	136.748.896

13. Garantia das provisões técnicas						
	31/12/2022			31/12/2021		
Provisões técnicas (A)	—	—	136.748.896	—	—	114.120.930
Total das exclusões (B)	—	—	(133.568.687)	—	—	(110.070.937)
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL e IBNR	—	—	(430)	—	—	(1.903)
(-) Direito creditórios	—	—	(2.467)	—	—	(3.174)
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	—	—	(809.388)	—	—	(1.237.993)
(-) Depósitos judiciais	—	—	(24.528)	—	—	(22.162)
(-) Aplicações em FIEs	—	—	(132.731.874)	—	—	(108.805.705)
Total a ser coberto (A+B) = (C)	—	—	3.180.209	—	—	4.049.993
Total dos ativos garantidores (D)	168.728	226.432	5.449.750	168.728	226.432	5.449.750
Títulos da dívida pública	170.060	227.924	4.183.235	170.060	227.924	5.174.652
Outros de outros fundos financeiros	168.728	224.552	2.269.544	168.728	224.552	2.269.544
Suficiência de cobertura (D) - (C)	168.728	224.552	2.269.544	168.728	224.552	2.269.544
% Suficiência de cobertura	1.332	1.824	71,36%	1.332	1.824	51,39%

14. Desenvolvimento de sinistros
O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo demonstrar a evolução da provisão de sinistros comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

14.1 Sinistros brutos de resseguro												
a. Sinistros administrativos (i)												
Data de Aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	
No ano do aviso	101.126	150.571	185.725	230.740	276.566	331.209	363.284	403.501	716.649	586.422	586.422	
1 ano depois	158.318	214.320	251.651	292.207	350.060	395.471	434.220	491.452	855.996	—	855.996	
2 anos depois	163.777	221.463	257.770	296.812	355.592	398.951	439.812	506.825	—	—	506.825	
3 anos depois	163.733	223.846	249.345	291.517	337.517	374.366	426.780	485.927	—	—	485.927	
4 anos depois	167.109	224.573	251.046	298.842	338.816	377.272	433.699	—	—	—	433.699	
5 anos depois	167.901	225.166	261.537	299.174	360.611	—	—	—	—	—	360.611	
6 anos depois	168.297	225.813	262.154	301.776	—	—	—	—	—	—	301.776	
7 anos depois	168.599	225.974	265.121	—	—	—	—	—	—	—	265.121	
8 anos depois	168.679	227.924	—	—	—	—	—	—	—	—	227.924	
9 anos depois	170.060	—	—	—	—	—	—	—	—	—	170.060	
Estimativa corrente	170.060	227.924	265.121	301.776	360.611	406.380	446.760	506.825	855.996	586.422	4.127.875	
Pagamentos acumulados até a data-base	168.728	226.100	262.432	299.431	358.423	403.294	442.581	500.633	841.691	457.020	3.960.332	
Passivo reconhecido no balanço	1.332	1.824	2.689	2.346	2.188	3.087	4.178	6.193	14.305	129.403	167.544	
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.537	
Total do passivo incluído no balanço	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	171.081	

b. Sinistros judiciais (i)												
Data de Aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	
No ano do aviso	223	95	294	924	667	541	221	1.354	622	6.363	6.363	
1 ano depois	713	401	4.805	1.857	1.286	984	1.661	1.930	14.755	—	14.755	
2 anos depois	1.490	1.583	5.981	2.796	1.367	2.727	2.863	15.270	—	—	15.270	
3 anos depois	2.741	2.833	7.301	3.417	2.675	7.492	18.127	—	—	—	18.127	
4 anos depois	4.248	4.411	8.299	4.522	4.066	20.944	—	—	—	—	20.944	
5 anos depois	5.717	5.144	10.101	5.533	16.599	—	—	—	—	—	16.599	
6 anos depois	6.515	6.145	11.497	19.162	—	—	—	—	—	—	19.162	
7 anos depois	7.467	13.993	19.054	—	—	—	—	—	—	—	19.054	
8 anos depois	8.292	23.093	—	—	—	—	—	—	—	—	23.093	
9 anos depois	21.401	—	—	—	—	—	—	—	—	—	21.401	
Estimativa corrente	21.401	23.093	19.054	19.162	16.599	20.944	18.127	15.270	14.755	6.363	174.768	
Pagamentos acumulados até a data-base	9.352	16.009	12.394	7.025	4.728	8.883	5.905	2.918	1.140	606	68.959	
Passivo reconhecido no balanço	12.049	7.084	6.661	12.137	11.870	12.062	12.222	12.352	13.615	5.757	105.808	
Passivo em relação a anos anteriores a 2013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	62.569	
Total do passivo incluído no balanço	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	168.377	

14.2 Sinistros líquidos de resseguro												
a. Sinistros administrativos (i)												
Data de Aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	
No ano do aviso	101.126	150.211	180.011	228.065	265.790	316.261	350.910	401.494	715.249	584.402	584.402	
1 ano depois	158.318	212.837	243.44									

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

* continuação

20. Adequação de capital		
Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações subsequentes, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR). A Companhia apura o Capital de Risco (CR) com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:		
	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	2.249.511	1.886.092
Ajuste Contábeis		
(-) Despesas Antecipadas	(6.645)	(12.918)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(112.616)	(11.036)
(-) Ativos intangíveis	(17.898)	(21.877)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(209.801)	(295.348)
(+/-) Dif. entre valor mercado e valor dos ativos fin. mantidos até o venc.	2.473	3.848
(-) PLA Nível 3	(100.768)	(106.014)
PLA NÍVEL 1 (a)	1.804.256	1.342.745
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	26.975	52.462
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	487.388	437.232
PLA NÍVEL (b)	514.364	489.694
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	100.768	106.014
PLA NÍVEL 3 (c)	100.768	106.014
Ajustes do Excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (d)	(279.239)	(242.329)
Patrimônio Líquido Ajustado Total (PLA) = (a) + (b) + (c) + (d)	2.140.149	1.696.124
Capital base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	671.786	706.759
Capital de risco de crédito	77.399	79.464
Capital de risco de subscrição	483.981	494.203
Capital de risco de mercado	101.081	172.657
Capital de risco de operação	109.400	99.176
Benefício da correção entre risco	(100.075)	(138.741)
Capital Mínimo Requerido (CMR) = Maior entre (i) e (ii)	671.786	706.759
(-) Suficiência de Capital (S = PLA - CMR)	1.468.363	989.365
Suficiência ((PLA-CMR)/CMR)	2,19	1,40
Índice de Solvência	3,19	2,40

21. Transações com partes relacionadas

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas:

(a) Holding XS1 S.A. (controladora direta) e empresa ligada a ela (XS2 Vida e Previdência S.A.);

(b) Empresas que compõem o grupo CNP Assurances (controlador final)

(c) Empresas que compõem o grupo Caixa Econômica Federal (investidor final com influência significativa);

(d) Caixa Seguridade Participações S.A. (investidor direto com influência significativa); e

(e) Seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração.

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Saldo em conta corrente com a Caixa Econômica Federal;

(ii) Dividendos e juros sobre capital próprio pagos à Controladora;

(iii) Valores de prestação de serviços e reembolsos correspondem os valores pagos à Caixa Econômica Federal a título de receita com taxa de gestão dos fundos de investimentos, prestação de serviços de atendimento operacional (backoffice) junto aos clientes realizado pela WIZ BPO Serviços de Teletendimento, e despesas administrativas de uso compartilhado entre as empresas do Grupo;

(iv) Valores referente ao contrato de cooperação comercial, emissão e subscrição de títulos de capitalização, adquiridos pela a CNP Capitalização S.A. para oferecer aos segurados o direito de premiação, caso sejam sorteados, aplicável para determinados produtos;

(v) Custos de aquisição a pagar à Caixa Econômica Federal que abrangem Distribuição Caixa e Premiações foram detalhadas na nota 2.13.1;

(vi) Comissão de Performance a pagar à Caixa Seguridade Participações S.A. foi detalhada na nota 11;

(vii) Despesas referentes a comissão de corretagem com Corretoras do Grupo;

(viii) Prêmios de seguro de vida e prestamista e sinistros das apólices de prestamistas;

(ix) Contribuições recebidas de previdência privada;

(x) Cosseguro cedido para a Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.; e

(xi) Remuneração de pessoal chave. A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

	31/12/2022	31/12/2021
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Disponibilidades (i)		
Caixa Econômica Federal	179.454	271.755
Dividendos (ii)	(501.434)	(484.926)
Holding XS1 S.A.	(501.434)	(484.926)
Juros sobre capital próprio (ii)		
Holding XS1 S.A.	—	(62.900)
Prestação de Serviços e Reembolsos (iii)	145.559	114.168
Caixa Econômica Federal	127.137	111.164
Caixa Seguradora S.A.	5.651	(67.840)
XS2 Vida e Previdência S.A.	12.757	1.693
Holding XS1 S.A.	14	54
Títulos de Capitalização (iv)	4.180	8.649
CNP Capitalização S.A.	4.180	8.649
Comissionamento	(200.092)	(33.455)
Caixa Seguridade Participações Ltda. (v)	(180.566)	(22.916)
Caixa Econômica Federal (vi)	(19.526)	(10.539)
Corretagem (vii)	(7.844)	(5.782)
Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A.	—	(2.463)
Caixa Econômica Federal	—	(3.674)
WIZ Benefício Empresarial Soluções e Corretagem de Seguros S. A	—	(3)
WIZ Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A.	—	(6)
ORBIS ADVISER Corretora de Seguros Ltda.	—	(1)
Universa Corretora de Seguros Ltda.	—	(1)
WIZ Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda.	—	(288)
WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A.	—	(1.181)
Operações de Seguros (viii)	66	66
Caixa Seguradora S.A.	66	66
CNP Consórcios S.A. Administradora de Consórcios	—	(1.377)
Cosseguro Cedido (x)	135	2.084
Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.	135	2.084
Total	329.394	396.722

	31/12/2022	31/12/2021
	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Operações de Seguros (viii)	13.836	2.857.332
Caixa Econômica Federal	—	2.840.844
CNP Consórcios S.A. Administradora de Consórcios	13.299	(2.396)
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	14	—
Caixa Seguradora S.A.	—	—
CNP Capitalização S.A.	424	—
XS4 Capitalização S.A.	—	14
XS3 Seguros S.A.	—	49
XS6 Assistência S.A.	—	7
XS2 Vida e Previdência S.A.	—	(15)
Contribuições de previdência privada (ix)	22.096	20.910
XS5 Administradora de Consórcios S.A.	837	120
XS6 Assistência S.A.	354	121
Caixa Seguradora S.A.	13.937	15.288
XS3 Seguros S.A.	1.000	674
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	562	787
XS2 Vida e Previdência S.A.	2.931	1.179
Holding XS1 S.A.	90	55
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	106	126
XS4 Capitalização S.A.	674	301
Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.	1.329	2.026
CNP Seguros Holding Brasil S.A.	276	233
Títulos de Capitalização (iv)	1.429	902
CNP Capitalização S.A.	1.429	902
Cosseguro Cedido (x)	(4)	(12)
Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.	(4)	(12)
Prestação de Serviços e Reembolsos (iii)	1.355.726	1.130.646
Caixa Econômica Federal	1.355.015	(10.993)
Caixa Seguradora S.A.	—	(31.986)
WIZ BPO Serviços de Teletendimento Ltda.	—	741
XS2 Vida e Previdência S.A.	711	—
Comissionamento	(223.706)	(109.679)
Caixa Seguridade Participações Ltda. (v)	(157.650)	(22.916)
Caixa Econômica Federal (vi)	(66.056)	(86.762)
Corretagem (vii)	(249.368)	(252.528)
WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A.	(149.068)	(155.577)
WIZ Parceiros e Corretagem de Seguros Ltda.	(3.990)	(4.930)
WIZ Corporate Soluções e Corretagem de Seguros S.A.	(1.754)	(2.479)
WIZ CONSEG Corretora de Seguros Ltda.	(9.294)	(17.265)
Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A.	(85.405)	(72.039)
Águas de Manso Corretora de Seguros Ltda.	(26)	(17)
ASF Corretora de Seguros Ltda.	(12)	(22)
FINANSEG Corretora de Seguros Ltda.	(22)	(25)
ORBIS ADVISER Corretora de Seguros Ltda.	(1)	(2)
Universa Corretora de Seguros Ltda.	(55)	(82)
Remuneração do Pessoal Chave (xi)	—	(1)
Total	1.393.083	(575.503)

22. Rendas com taxas de gestão e outras taxas

As receitas com taxas de gestão de gestão dos fundos de investimentos exclusivos, o saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.356.016 (R\$ 1.129.905 em 31 de dezembro de 2021). Outras taxas são compostas substancialmente pela taxa de saída, o saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 96.272 (R\$ 84.146 em 31 de dezembro de 2021).

23. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento									
Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:									
	31/12/2022				31/12/2021				
Ramo	Prêmios Emitidos	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios Emitidos	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	
Vida	1.205.484	1.343.268	28,01%	13,42%	1.235.878	1.595.620	30,10%	15,20%	
Prestamista	(204.261)	1.026.615	27,29%	40,52%	(13.659)	1.303.965	26,20%	40,47%	
Previdência (VGBL e PGBL)	165.512	166.660	11,09%	4,40%	155.975	156.431	14,78%	-13,28%	
Acidentes Pessoais	68.142	69.485	13,55%	30,83%	92.753	99.397	8,43%	34,89%	
Demais ramos	106.096	108.257	2,85%	16,92%	103.505	127.760	3,45%	18,81%	
Total	1.340.973	2.714.285	25,33%	23,70%	1.574.452	3.283.173	26,13%	24,61%	

24. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado									
Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:									
24.1 Prêmios emitidos									
Ramo	Prêmios diretos emitidos	Prêmios diretos cancelados	Prêmios diretos restituídos	Prêmios vigentes e não emitidos					
Vida	1.233.384	(3.821)	(22.482)	(1.597)					
Prestamista	62.418	(7)	(232.093)	(34.580)					
Acidentes Pessoais	72.983	(4.314)	(492)	(35)					
Demais ramos	108.467	(106)	(1.344)	(106.097)					
Total	1.477.252	(8.248)	(256.411)	(37.132)					
Ramo	Prêmios diretos emitidos	Prêmios diretos cancelados	Prêmios diretos restituídos	Prêmios vigentes e não emitidos					
Vida	1.294.336	(5.468)	(44.817)	(8.173)					
Prestamista	425.503	(53.686)	(408.979)	(23.501)					
Acidentes Pessoais	109.385	(14.398)	(1.311)	(923)					
Demais ramos	106.824	(371)	(2.351)	(595)					
Total	1.936.048	(73.923)	(457.458)	13.810					

24.2 Sinistros Ocorridos									
Indenizações avisadas									
Despesas com sinistros									
Variação de Sinistros IBNR									
Variação de Despesas Relacionadas do IBNR									
Recuperação de sinistros - Cosseguro									
Serviços de Assistência									
Despesas com Benefícios									
Outros									
Total	577.062	(789.509)	9.031	11.731					
	(25.461)	26.989	(6.332)	(27.1)					
	3,044	(2.000)	(41.716)	(58.122)					
	(31.019)	(46.819)	75	212					
Total	(687.502)	(857.789)							
24.3 Custo de Aquisição									
Comissão sobre Prêmios Emitidos									
Comissão de Performance (i)									
Premiações (ii)									
Distribuição CAIXA (ii)									
Despesas de Corretagem e Agenciamento									
Outros									
Total	588.846	(691.603)	(130.899)	(22.916)					
	(87.524)	(117.819)	(64.473)	(128.431)					
	(91.972)	(20.127)	(3.536)	(23.337)					
Total	(927.250)	(1.004.233)							
Custos de aquisição - previdência									
Custos de aquisição - seguros									
(i) Refere-se aos valores a serem pagos pela Companhia à Caixa Seguridade Participações S.A., a título de comissão de performance, caso sejam atingidas as condições pré-estabelecidas no contrato de distribuição, que versa sobre o direito de exclusividade no uso do Balcão CAIXA, até os exercícios de 2023 e 2025. Em caso de atingimento das metas pré-estabelecidas, os valores apurados com base no volume de produção realizada, serão pagos em agosto de 2024 e agosto de 2025. A Companhia reconhece o passivo com base na produção realizada até a data-base em questão; e (ii) Os referidos custos de aquisição estão descritos na nota 2.13.1.									
Total	(1.344)	(8.410)	(152.713)	(164.942)					

24.4 Outras receitas e despesas operacionais									
Serviços de backoffice - WIZ BPO Serviços de Teletendimento LTDA (i)									
Tarifas de cobrança									
Despesas com administração de apólices ou contratos									
Despesas com indenizações judiciais									
Despesas com honorários advocatícios									
Despesas com central de relacionamento									
Despesas com mão de obra alocada									
Despesas com títulos de capitalização - CNP Capitalização (i)									
Despesas com análise de crédito									
Redução ao valor recuperável de operações com seguradoras									
Outras receitas e despesas									
Total	(28.868)	(31.986)	(28.732)	(33.855)					
	(24.963)	(25.152)	(20.579)	(17.517)					
	(12.209)	(9.215)	(7.749)	(10.310)					
	(4.924)	(7.548)	(4.511)	(9.118)					
	(2.378)	(7.778)	(2.378)	(7.778)					
	(15.451)	(17.253)	(154.057)	(173.352)					
Total	(1.344)	(8.410)							
Total	(152.713)	(164.942)							
(i) Os saldos referem-se a transações com partes relacionadas e foram detalhadas na nota 23.									

24.5 Despesas Administrativas									
Pessoal próprio									
Serviços de terceiros									
Localização									
Publicidade e propaganda									
Outras despesas administrativas									
Total	(29.938)	(65.162)	(49.086)	(55.434)					
	(31.615)	(41.463)	(11.846)	(20.235)					
	(1.763)	(1.129)	(124.248)	(183.423)					
24.6 Despesas com Tributos									
IPTU e ISS									
PIS/COFINS									
Taxa de fiscalização SUSEP									
Outras despesas com tributos									
Total	(27.108)	(22.598)	(178.354)	(177.149)					
	(4.840)	(4.247)	(129)	(518)					
Total	(210.431)	(204.512)							

24.7 Resultado Financeiro									
Resultado com fundos de investimentos (nota 5.2)									
Resultado com títulos de renda fixa (nota 5.2)									
Encargos financeiros das provisões técnicas									
Encargos financeiros da comissão de performance									
Juros de passivos de arrendamento									
Despesas com títulos de capitalização - CNP Capitalização									
Imposto Sobre Operações Financeiras									
Outras receitas e despesas financeiras									
Total	12.958.729	2.083.644	280.841	362.342					
	(12.898.238)	(2.092.002)	(26.751)	(53)					
	(124)	(539)	(406)	(2.236)					
	(4.194)	4.100	310.120	355.443					

25. Imposto de renda e contribuição social									
Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:									
	31/12/2022				31/12/2021				
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda					
Resultado antes dos tributos e após participações	2.367.234	2.367.234	2.410.999	2.410.999					
(-) Juros sobre o capital próprio	—	—	(74.000)	(74.000)					
Base de cálculo	2.367.234	2.367.234	2.336.999	2.336.999					
Taxa nominal do tributo	16,00%	25,00%	20,00%	25,00%					
Tributos calculado a taxa nominal	(378.758)	(591.809)	(467.400)	(589.248)					
Ajustes do lucro real	130.256	130.591	(53.820)						

★ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Caixa Vida e Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e previdência complementar

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.10 e 12, a Companhia mantém provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguro e de previdência complementar nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Como parte do processo de mensuração de certas provisões técnicas, tais como a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e do teste de adequação de passivo é requerido julgamento profissional relevante na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: expectativa de sinistros, longevidade, persistência e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas (PSL e IBNR) como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvido na determinação das metodologias de cálculo e definição das premissas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL) e teste de adequação dos passivos;
- (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram:
 - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia;
 - na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PSL), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas;
 - na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados;
- (iii) testes de integridade e precisão das bases de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suportadas aos registros contábeis;
- (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de aviso e ocorrência, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e,
- (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações e financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

